

INTERAÇÕES EM PESQUISA: A ÉTICA DA PESQUISA E A PESQUISA ÉTICA COM NARRATIVAS DE VIDA

RESEARCH INTERACTIONS: RESEARCH ETHICS AND ETHICAL RESEARCH WITH LIFE NARRATIVES

Priscilla Melo Ribeiro de Lima¹, Lívia Gomes dos Santos²

RECEBIDO EM: 14/02/2021 | ACEITO EM: 16/06/2021

DOI: 10.5902/2317175864248

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir acerca das narrativas como uma possibilidade de trazer para primeiro plano questões éticas e políticas de construção do conhecimento científico. Para tanto, o artigo se divide em três partes. Na primeira, aprofundamos na discussão sobre a ética da pesquisa em humanidades, tendo como base o compromisso ético-político da pesquisa. Em seguida, apresentamos a narrativa como uma possibilidade de pesquisa, destacando-a como uma forma de investigação da realidade que possibilita a escuta de sujeitos socialmente silenciados e invisibilizados na nossa sociedade. Para encerrar, apresentamos nossas considerações finais, enfatizando as possibilidades que as narrativas apresentam à Psicologia.

Palavras-chave: Narrativas; Ética; Pesquisa; Psicologia.

1 Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGP-UFG). E-mail: primlima@ufg.br

2 Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal de Goiás. E-mail: livia.gomes@ufg.br

ABSTRACT

This article aims to discuss about narratives as a possibility to bring to the fore ethical and political issues of construction of scientific knowledge. Therefore, the article is divided into three parts. In the first, we went deeper into the discussion on research ethics in humanities, based on the ethical-political commitment of research. Then, we present the narrative as a research possibility, highlighting it as a way of investigating the reality that makes it possible to listen to socially silenced and invisible subjects in our society. In closing, we present our final considerations, emphasizing the possibilities that narratives present to Psychology.

Keywords: Narratives; Ethics, Research, Psychology.

1 Introdução

Relatos de história de vida se constituíram como metodologia de pesquisa na primeira metade do século XX, a partir da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia. Dentro desses campos do conhecimento, o indivíduo é tomado como centro de interesse e, através de relatos particulares, os pesquisadores procuraram articular outras dimensões mais amplas para o entendimento dos fenômenos humanos, sociais e culturais. O interesse pelo indivíduo nessas áreas do conhecimento, que normalmente privilegiam as coletividades, é justamente a compreensão de que aquele não existe sem estas. Aqui o indivíduo não é compreendido como uma categoria em si, abstrata; mas como as relações que ele estabelece nos diferentes grupos e coletividades dos quais faz parte.

Não se trata, entretanto, de uma mera reprodução do social no indivíduo, mas de como as relações sociais se concretizam nele e que, justamente por isso, ainda que considerando a sua singularidade, é possível compreender aspectos ligados ao contexto do qual ele faz parte. Falando sobre essa questão a partir da Psicologia Social, Sawaia (1998) aponta que a construção do conhecimento não é neutra. Pelo contrário, a epistemologia é uma estratégia de reconstrução ética do mundo e que justamente por isso deve-se buscar ter clareza de qual é a ética a que nossos pressupostos referendam. Buscar formas novas de compreender e fazer pesquisa passa a ser uma questão fundamental para explorar a complexidade da existência humana. Desta forma, a narrativa, enquanto metodologia de pesquisa, emerge como uma das possibilidades de fazer pesquisa. A opção por essa metodologia tomou maior força em diversos campos do conhecimento a partir dos movimentos de resistência à metodologia tradicional de pesquisa, como uma alternativa para garantir o direito de voz das pessoas que não participam dos centros do poder, os excluídos (LIMA; LIMA; COROA, 2016; MOURA, 2004).

Nossa intenção, nesse artigo, é justamente apresentar a narrativa como uma possibilidade de fazer pesquisa que tenha como fundamento as questões éticas e políticas de construção do conhecimento científico. Para isso, dividimos

nossa argumentação em três partes. Na primeira, aprofundamos na discussão sobre a ética da pesquisa, tendo como embasamento o que significa o compromisso ético-político da pesquisa – ou seja, o compromisso do pesquisador e suas implicações na pesquisa. Em seguida, apresentaremos a narrativa como uma possibilidade de pesquisa, destacando como ela pode se configurar como uma forma de investigação da realidade que possibilita a escuta de sujeitos marginalizados e socialmente silenciados. Para encerrar, apresentamos nossas considerações finais, enfatizando as possibilidades que a narrativa apresenta à Psicologia.

2 referencial teórico**A ética da pesquisa**

Pesquisar é sempre a tentativa de responder a uma pergunta. A necessidade e a importância da pesquisa residem justamente nesse princípio: não temos um conhecimento pleno e inalterável da realidade, mas o mundo pode e deve ser conhecido e, para isso, ele precisa ser investigado. Tomaremos aqui, como objeto de análise, a pesquisa acadêmica; não apenas como aquela que é feita na universidade, mas sobretudo como aquela que é feita seguindo as exigências e as regras de uma pesquisa científica. Isso porque há outras pesquisas que também partem de uma pergunta, que também tem como questões orientadoras o *quê* e o *porquê* conhecer sobre determinado assunto. Entretanto, a pesquisa acadêmica tem uma série de especificidades que precisam ser consideradas antes de se apresentar a narrativa como uma forma comprometida de fazer ciência.

Nessa direção, destacamos que na universidade normalmente a pesquisa é, inicialmente, um projeto: antes de realizar a pesquisa é necessário que se tenha clareza de alguns pressupostos norteadores. É o ponto de partida da pesquisa. Como se o pesquisador olhasse para determinado fenômeno e reconhecesse que ainda há algo a se compreender, ainda há perguntas a serem respondidas. A partir disso, se estrutura uma pergunta de forma a apresentar de onde o problema a ser investigado surgiu e o que se busca responder, qual será a forma de responder à pergunta e, eventualmente, quais serão as possíveis respostas para essa pergunta.

Centremo-nos em um desses aspectos: a importância dessa questão. Um projeto de pesquisa normalmente tem como um dos elementos fundamentais a justificativa científica, o que nos remete ao fato de que a pesquisa tem que ter alguma importância além daquele que se propõe a pesquisar. Isso necessariamente implica que a importância de uma pesquisa não pode estar dada apenas para aquele que a realiza, não pode ser meramente a busca da satisfação de uma curiosidade pessoal. Ainda que esse fator seja importante, o que efetivamente justifica uma pesquisa é qual a importância e a relevância que ela terá para o outro. A quem ela interessa? Quem será beneficiado com

essa pesquisa? Há riscos para os participantes? De que forma essa pesquisa não será um fim nela mesma? Será a contribuição para a compreensão de um fenômeno, o desenvolvimento de uma técnica, a mudança de uma determinada situação ou qual outra forma de existência e relevância para além do ato de pesquisar? Que tipos de consequências a pesquisa e os resultados dela podem trazer? Essas são questões que não se colocam apenas para as ciências humanas, ainda que a especificidade de nosso objeto, particularmente na Psicologia, exija que evidenciemos estes aspectos, trazendo-os para o primeiro plano da construção do saber científico.

Mas nem sempre foi assim: no princípio das ciências humanas – e isso ainda persiste em algumas teorias e, mais do que isso, entre alguns pesquisadores da própria Psicologia – a suposta neutralidade era, e em alguns casos ainda é, uma meta a ser alcançada. Ora, é impossível essa neutralidade. A construção do conhecimento é sempre uma forma de fazer política – aqui compreendida em seu sentido amplo, como a própria vida em sociedade. Reconhecer o caráter político da ciência é saber que qualquer aspecto da vida social – o que, obviamente, envolve a produção de conhecimentos sobre essa realidade – não pode ser compreendido de forma descolada do contexto no qual ele emerge. A ciência é sempre política porque é determinada por questões que estão mais ou menos fora de sua área de atuação – como a existência ou não de financiamento, as ideologias que a perpassam, as possibilidades e limites do pesquisador, enfim, a existência social.

Não se trata, entretanto, de fazer politicagem com a ciência – ou seja, usar a ciência para defender interesses pessoais ou insignificantes –, e nem mesmo politizar a ciência – uma vez que afirmar isso seria supor que é possível fazer uma ciência apolítica, ou neutra. Trata-se, unicamente, de desvelar um aspecto da ciência que está implícito e, eventualmente, até mesmo é omitido: o fato de que quem faz ciências somos nós, humanos; que trazemos nossos interesses, preconceitos, olhares para a ciência. Humanos inseridos em um contexto que também influencia nas escolhas, possibilidades e limites da pesquisa. Isso é verdade em qualquer campo da ciência: por exemplo, nas ciências biomédicas, nas quais a pesquisas, particularmente as realizadas fora das universidades públicas, dependem de financiamento e quem paga define o que é ou não necessário pesquisar; e com igual intensidade nas ciências humanas. A pergunta de investigação que fazemos, os métodos e técnicas escolhidos, a teoria que embasa as análises e a forma como é feita a divulgação são questões perpassadas por quem realiza a pesquisa e que, portanto, carrega também os interesses, necessidades, conceitos e preconceitos do pesquisador e daqueles que estão direta ou indiretamente ligados à pesquisa. No caso de uma universidade, apenas para citar alguns exemplos, temos que considerar também os professores, orientadores, colegas, sujeitos da pesquisa, responsáveis pelos financiamentos de pesquisa e uma lista muito maior de pessoas que, intencionalmente ou não, com maior ou menor intensidade acabam por interferir nos rumos e, conseqüentemente,

nos resultados da pesquisa. Assim, um pesquisador está fazendo política quando sua pesquisa repercute a voz daqueles que normalmente não são ouvidos; está fazendo política quando não o faz e pesquisa os seus pares; e também está fazendo política quando, independentemente de seu tema de investigação, ignora ou desconsidera as condições reais de existência na sua análise (SAWAIA, 1998; SCHMIDT, 2008b; SCHMIDT; TORNIETTE, 2008). Nessa direção, Santos et al (2019, p. 48) indica que a narrativa

parece ser uma forma interessante de não “esconder” o pesquisador. Melhor que isso, de não ocultar informações relevantes que poderiam fazer parte da pesquisa, na busca de entender melhor como as pessoas constroem suas narrativas, tentando fazer parecer neutro o que não é.

Compreendemos que ao trazer essa discussão para primeiro plano, já na escolha dos sujeitos e, principalmente, na forma como eles serão ouvidos na pesquisa, a ciência psicológica assume o seu compromisso ético-político. Mas, reforçamos, a ciência não é algo que paira acima da realidade e que se constrói a si mesma: somos nós, pesquisadoras e pesquisadores, quem a construímos. Por isso, quando falamos de compromisso não estamos falando de uma coisa abstrata ou inerente a tal ou qual teoria; mas a uma posição ético-política daquele que faz a pesquisa. Uma ciência comprometida é resultado da ação de pesquisadores comprometidos: é necessário ter clareza disso para não transformar essa palavra em um conceito vazio, em um chavão repetido à exaustão e que, justamente por isso, acaba por esvaziar-se em seu conteúdo.

Para melhor compreender isso, é necessário que nos detenhamos um pouco na própria explicitação do que é o compromisso. O principal aspecto é o fato de que compromisso pressupõe, sempre, um complemento: com o que é ou com quem eu estou comprometido. Ao falar da narrativa como uma possibilidade de uma pesquisa comprometida é evidente que compromisso defendemos: o compromisso do pesquisador em Psicologia com aqueles que normalmente não são escutados. Esse compromisso não é, portanto, o de dar a voz: é de ouvi-la; é de reconhecê-los como sujeitos. É partir do pressuposto que nosso objeto de estudo é também um sujeito; e isso só é efetivamente compreendido quando nos tornamos objeto desse sujeito, quando nossos esforços e práticas de pesquisa servem, de alguma forma, àqueles que pesquisamos. Como nos diz Bosi (1994[1979], p. 2), “uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida”. Um compromisso, portanto, ético-político: ético porque traz a noção de implicação e político porque posiciona-se e assume tal posicionamento no ato de fazer a pesquisa. Nessa direção, na peça *A vida de Galileu*, Brecht (1991[1938-1939], p. 165) coloca na voz do protagonista, Galileu Galilei, uma compreensão de ciência que compartilhamos:

Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas um avanço para longe da humanidade.

Mas, também é necessário considerar, não se trata de transformar a pesquisa exclusivamente em um ativismo. Reconhecer a implicação do pesquisador não pode significar cair no extremo oposto de uma completa subjetivação da ciência. Nos apoiamos em métodos e técnicas próprias da construção do saber científico; explicitamos a teoria que embasa nossas análises e as premissas que partimos para fazê-las; seguimos as normas e regras da investigação científica, que incluem a exigência de reconhecimento e aceitação pelos pares. Esses são apenas alguns dos fatores que nos autorizam a afirmar que a pesquisa pode e deve ser uma pesquisa comprometida, mas que ela não se converte, com isso, em um ativismo puro (SAWAIA, 1998). Nesse sentido, a narrativa possibilita a não apenas a construção de conhecimento científico, mas, com igual intensidade e importância, de conhecimentos que efetivamente contribuam para a aliviar a canseira da existência humana.

A pesquisa ética com narrativas de vida

Fazer pesquisa autobiográfica em Psicologia consiste em trabalhar com um território existencial sobre o qual incidem diversos fatores que constituem zonas de subjetivação, associados a dispositivos sociais que visam produzir certos modos do indivíduo ser sujeito nas práticas sociais. Pressupomos que não nascemos sujeitos, mas nos tornamos sujeitos no mundo. Isso implica afirmar, juntamente com Moura (2004), que a pesquisa autobiográfica e a análise de narrativas de histórias de vida se tornam importantes ferramentas de trabalho para aqueles que estão envolvidos com a produção de conhecimento científico, no campo da Psicologia.

As histórias de vida sempre foram utilizadas pela Psicologia como via de acesso à subjetividade que possibilitasse sua intervenção junto ao sofrimento do sujeito. Entretanto, suas pesquisas se utilizavam dos fragmentos dessas histórias como formas ilustrativas para estudar determinadas patologias e estruturas psíquicas, ou para averiguar a eficácia de determinada técnica.

A narrativa da história de vida, enquanto método de geração de dados, é recente. Podemos destacar, no Brasil, os trabalhos de Ecléa Bosi, *“Memória e sociedade: lembranças de velhos”*, publicado em 1979 e fruto de seu doutorado em Psicologia Social na USP, e o trabalho de Antonio da Costa Ciampa (2005[1986]), *“A estória do Severino e a história das Severina”*, publicado em

1986, fruto de sua pesquisa de doutorado em Psicologia Social na PUC-SP. Bosi (1994[1979]) afirma que seu trabalho

não se trata de uma obra com proposta de amostragem: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal (p. 37).

Dessa forma, inaugura-se uma forma de fazer pesquisa, em Psicologia, baseada na utilização do registro de histórias narradas pelos participantes como forma de apreender não apenas a história pessoal, mas também a história social e coletiva. A narrativa de vida se torna uma forma de permitir que o sujeito expresse, por ele mesmo, sua trajetória e a rede de significados por ele construída. Há um deslocamento do lugar do conhecimento.

Sem dúvida, a utilização da pesquisa autobiográfica, no âmbito da produção do conhecimento da Psicologia, tem contribuído bastante para avançarmos na compreensão de como os fluxos da vida podem tomar diversas direções a partir dos modos de subjetivação contemporâneos. A história ou narrativa de vida parece ser uma apropriada alternativa para se articular a dimensão individual e os fenômenos socioculturais mais amplos. A vida, sob esse enfoque, é encarada não apenas como um conjunto de eventos, mas como um conjunto de episódios vividos em determinado tempo e lugar e sob algumas conjunturas. Para isso, é necessário insistir nas conexões entre os fatos narrados e a conjuntura social, cultural e econômica que os perpassa. Carreiro (2012), a partir de pesquisas e estudos com esse método de pesquisa, ressalta que a análise da história de vida visa à compreensão da forma como ocorreu a incorporação da herança social, familiar e institucional na narrativa. As estratégias de pesquisa autobiográfica têm se firmado como uma ferramenta eficaz na compreensão, a partir da diversidade, das múltiplas particularidades da subjetividade humana (FISCHIER, 2004).

Devido às diversas maneiras de se fazer pesquisa (auto)biográfica, existe um vasto repertório de tipos de produção nessa área, que abrange a (auto) biografia, a entrevista narrativa ou a narrativa de vida, o filme biográfico, a história oral, a narrativa etnográfica, narrativa autobiográfica escrita, dentre outros. As modalidades de relatos orais ou escritos de uma história de vida, obtidos através de entrevistas e/ou documentos escritos, visam à compreensão de uma vida ou parte dela, a fim de desvelar os processos históricos e socioculturais constituintes da subjetividade do sujeito investigado.

Essa modalidade de pesquisa envolve, como condição *sine qua non*, o exercício da rememoração como elemento-chave para a narrativa. Os relatos ou narrativas autobiográficas, especificamente, se constituem, dentre outros componentes, pelo uso de narrativas produzidas com o propósito de cons-

truir uma memória pessoal ou coletiva abalizada no tempo histórico. Nessa perspectiva, Moura (2004) nos esclarece que as histórias ou narrativas de vida enunciam percursos e escolhas do sujeito narrador que são consequências daquilo que ele está podendo ser, no determinado momento histórico e no campo social em que se encontra no momento da narração. Abrahão explica que

não se trata de uma mera descrição ou arrumação de factos, mas de um esforço de construção (e de reconstrução) dos itinerários passados. [...]. O que se diz é tão importante como o que fica por dizer. O *como diz* revela uma escolha, sem inocências, do que se quer falar e do que se quer calar (2001, p. 8).

Nesse ponto, é necessário destacar que os dados, em uma pesquisa narrativa, são gerados a partir da intersubjetividade que permeia a relação pesquisador-narrador. É uma mudança epistemológica do fazer pesquisa. Os dados gerados são produtos de uma relação de colaboração e interlocução entre o pesquisador e o narrador, afirma Schmidt (2008b). Nesse sentido, é fundamental compreendermos o que é, de fato, pesquisa com pessoas. Para além dos procedimentos burocráticos dos comitês de ética, é preciso discutir a ética da pesquisa em Humanidades e, especificamente, da pesquisa com narrativas de vida que é nosso objeto na presente exposição.

Seja qual for a abordagem metodológica para pesquisa com narrativas orais, a pergunta disparadora geralmente pede ao participante-narrador que relate ou conte sua história de vida. Desse momento em diante, o pesquisador se coloca em uma posição de escuta e busca por compreensão da história que está sendo narrada. Para além do esquema pergunta-resposta comum às entrevistas, a geração de dados a partir da narrativa de vida é uma proposta de entrevista aberta na qual o participante-narrador escolhe por onde começar a narrar, o que narrar e como narrar. No modo pergunta-resposta, Jovchelovitch e Bauer (2002) ressaltam que o entrevistador impõe estruturas narrativas em um tríplice sentido: “a) selecionando o tema e os tópicos” a serem narrados; “b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem” (p. 95). Há, portanto, um deslocamento do lugar de poder e de conhecimento. É o próprio participante que decide como construir sua narrativa.

É nesse sentido que compreendemos que a ética do se fazer pesquisa com narrativas de vida se baseia em uma diminuição da influência do entrevistador. Jovchelovitch e Bauer (2002) afirmam que as regras de execução da entrevista narrativa restringem a atuação do entrevistador e busca superar o modelo tradicional de entrevista. Além disso, essa forma de entrevista “emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar história, para conseguir este objetivo” (p. 95).

As histórias ou narrativas de vida enunciam percursos e escolhas do sujeito narrador que são consequências daquilo que ele está podendo ser naquele determinado momento histórico e no campo social em que se encontra

no momento da narração. É necessária uma constante vigilância do pesquisador, desde a escuta da narrativa até à comunicação no relatório da pesquisa, no que diz respeito às interpretações feitas. O respeito ao tempo histórico, ao lugar social ocupado e à possibilidade compreensiva do narrador são fundamentais para que a história narrada seja, de fato, a história narrada pelo sujeito-narrador. Abrahão (2001, p. 8) afirma que, ao se fazer pesquisa com histórias de vida, é importante compreender que a narrativa não é, como dito,

uma mera descrição ou arrumação de factos, mas um esforço de construção (e de reconstrução) dos itinerários passados. (...). O que se diz é tão importante como o que fica por dizer. O *como diz* revela uma escolha, sem inocências, do que se quer falar e do que se quer calar.

Uma outra mudança epistemológica que a pesquisa com narrativas de vida traz diz respeito à forma como se compreende os dados gerados. A ciência tradicional se refere à etapa que antecede à análise dos dados, como etapa de coleta de dados. O pesquisador, em seu lugar de conhecimento e poder, conduz o sujeito-participante a um ambiente o mais neutro e isento de interferências possível, e, de maneira objetiva, coleta as informações necessárias para a investigação e comprovação ou não de sua hipótese. Em Ciências Humanas e Sociais, isso se dá de forma totalmente diferente. Os dados não são coletados de forma neutra e isenta. Na verdade, os dados não são coletados; são gerados. E isso é feito durante o período em que os participantes da dupla pesquisador-narrador estão em relação. A narrativa é gerada a partir desse encontro, que não é de modo algum neutro ou isento de mútuas implicações.

Nesse sentido, a narrativa é uma forma de técnica de escuta que se recusa a ser uma escuta técnica. Uma escuta técnica, aqui compreendida de forma instrumental, que ouve apenas aquilo que busca previamente no discurso do entrevistado. A narrativa, ao contrário, escuta efetivamente, concentra-se no que é dito, não busca nada específico, trabalha com aquilo que encontra e reside nessa possibilidade a sua grande potencialidade: ela possibilita ao pesquisador não apenas descrever, mas vivenciar aquilo que foi narrado.

Em seu ensaio *Narrar ou Descrever?* Lukács (1965[1936]) afirma que há uma diferença fundamental entre esses dois aspectos: narrar é viver, participar dos acontecimentos; descrever é observá-los. Nessa direção, a narração tem sempre como função ligar as coisas e as funções que elas assumem em concretos acontecimentos humanos. A descrição, por sua vez, intencionalmente busca colocar-se de forma separada daquilo que se descreve e é também colocar os humanos no mesmo nível de qualquer outro fenômeno. “a narração distingue e ordena. A descrição nivela todas as coisas”. (LUKÁCS, 1965[1936], p. 62). Participar ou observar são duas possibilidades distintas de colocar-se na realidade:

O contraste entre o participar e o observar não é casual, pois deriva da posição de princípio assumida pelo escritor, em face da vida,

em face dos grandes problemas da sociedade, e não do mero emprego de um diverso método de representar determinado conteúdo ou parte de conteúdo (LUKÁCS, 1965[1936], p. 50)

Lukács escreveu esse ensaio como uma contribuição para a discussão sobre o naturalismo e o formalismo em literatura; essas considerações podem, no entanto, serem trazidas para a narrativa como uma forma de pesquisa em Psicologia sem prejuízo nenhum. Ao contrário, permitem-nos compreender justamente como a narrativa contrapõe-se a uma forma de compreender a ciência não apenas como mera descrição de determinados fenômenos, mas sobretudo pela busca pelas ligações, determinações, causas e consequências de determinado fenômeno. Na citação acima, trocar “escritor” por “pesquisador” nos possibilita compreender, sobretudo, a narrativa como uma possibilidade de pesquisa comprometida.

Schmidt (2008a; 2008b), em discussão acerca dos aspectos éticos das pesquisas qualitativas, ressalta que esse tipo de pesquisa supõe, além da colaboração, uma atividade de constante autorreflexão e elaboração da problemática do outro por parte do investigador. Desse modo, “a pesquisa desdobra-se no diálogo e na confrontação de lugares sociais e culturais e na interrogação sobre as diferenças e convergências que circulam o fenômeno estudado” (2008a, p. 47). Requer-se do investigador, nas pesquisas em Humanidades, um olhar de reflexão e crítica para o lugar que ocupa, e um autêntico respeito pela alteridade. Ambos elementos – autorreflexão e respeito – conformam um “território no qual a pesquisa se instala e acontece. São elementos, por isso, que sugerem ou suscitam o conceito de ética como morada ou modo de habitar o mundo e, mais particularmente, o mundo da produção do conhecimento” (p. 48). A ética está implicada no método enquanto “um processo que se constitui ao longo da pesquisa, na contínua relação do pesquisador e colaborador e/ou interlocutor, no que poderia ser denominado de *pesquisa ética*, na qual o pesquisador, de forma autônoma, é a todo o momento chamado a refletir e agir de forma ética”, afirmam Schmidt e Toniette (2008, p. 105).

A ética pressupõe, também, por parte do pesquisador, “o controle interior dos impulsos, inclinações e paixões, a discussão consigo mesmo e com os outros sobre o sentido dos valores e a capacidade de outorgar a si mesmo regras de conduta” (SCHMIDT, 2008b, p. 392). Essa autonomia implicará, para o investigador, a responsabilidade por seus atos, a disposição para julgar suas próprias intenções e a recusa da violência contra si e contra os outros. A postura do pesquisador é uma postura de respeito com o tempo e a história do participante-narrador, e, conseqüentemente, de recusa em antecipar ou conduzir os relatos de acordo com suas pressuposições. É necessária uma abertura para o mundo subjetivo do outro e uma escuta que seja autêntica.

O conceito de autonomia parece caminhar juntamente com a ideia de autenticidade, de Rogers (1997[1961]). A ética da pesquisa com pessoas supera a lógica da pesquisa nos moldes biomédicos, que pressupõe que o pesquisador

deveria ser o mais neutro e afetivamente frio possível. Se essa lógica funciona para as pesquisas na área biomédica, ela não funciona para pesquisas com pessoas. Há a necessidade de se estabelecer uma relação para que o participante de determinada pesquisa conte sobre sua história e fale de si. Essa relação precisa ser pautada na postura de abertura e de humanidade do profissional, como enfatiza Rogers.

Nesse sentido, a autenticidade seria o resgate da humanidade do pesquisador. Na pesquisa qualitativa, a autenticidade demonstra que o pesquisador tem um interesse real em escutar o que o participante tem para contar. A autenticidade está vinculada à atitude de renunciar a hipóteses prévias. Ao contrário das pesquisas de outros campos do saber, a ética de nossa pesquisa está em reconhecer que o pesquisador não é detentor do conhecimento. Bertaux (2010) afirma que a pesquisa com as narrativas de vida

consiste em pesquisar uma parte da realidade sócio-histórica da qual não se sabe muito coisa *a priori*. O que o pesquisador acredita saber de antemão representa, frequentemente, estereótipos, preconceitos e outras representações coletivas, carregados de julgamentos morais que circulam no senso comum. (...) O pesquisador vai a campo consciente de sua ignorância (p. 28-29).

A autenticidade se revela nessa atitude de ‘ignorância’ frente a uma outra subjetividade e a uma outra forma de existir e ser-no-mundo. Nessa via, Schmidt (2008a, p. 52) elenca algumas orientações importantes advindas da prática da pesquisa com pessoas:

Princípios como a busca de interlocução e diálogo, visando compreender o sentido e os significados da experiência de outros próximos ou distantes; distribuição democrática de lugares de escuta, fala e decisão entre pesquisadores e interlocutores; disposição para negociar e refazer pactos ou contratos de trabalho entre pesquisadores e interlocutores; empenho no esclarecimento, fidelidade, respeito e solidariedade às formas de viver dos colaboradores e cuidado em suas transposições para texto ou outros modos de inscrição; antevisão e preocupação com eventuais efeitos políticos e ideológicos nocivos à imagem pessoal e social de interlocutores individuais ou coletivos; abertura para, sempre que possível, revisar com colaboradores transcrições de relatos orais e de observações, bem como de textos interpretativos; atribuição de créditos aos interlocutores; discussão sobre a pertinência do sigilo e sobre as formas de divulgação de resultados.

Uma outra questão que emerge quando falamos de geração de dados com as narrativas de vida é que nem sempre é possível que o participante-narrador se desloque até o local em que as entrevistas aconteceriam. Tradicionalmente, a geração de dados se dá em um local neutro em que estímulos externos, que possam enviar os dados, sejam minimizados ou eliminados. Ora, em

se tratando de pesquisa com pessoas isso nem sempre é possível ou desejável. Muitas vezes é necessário que o pesquisador se desloque até a moradia do participante ou seu local de trabalho. E isso se torna um elemento riquíssimo de informações que ajudarão o pesquisador compreender melhor o contexto do participante. Apesar de essa ser uma prática há muito utilizada pela Sociologia, Antropologia e Psicologia Social, isso não acontece com a pesquisa no campo das narrativas na Psicologia.

Além disso, representa a saída do pesquisador de seu lugar de conforto e conformação para se deslocar em direção ao território alheio. Nesse campo de interface entre a pesquisa com narrativas de vida na Psicologia, essa prática ainda se consolida e carece de uma reflexão sobre seu fazer ético. Normalmente voltamos à lógica de pensar que é possível gerar dados sem vieses e que o ambiente neutro funciona como uma prevenção. Ora, a própria Psicologia já nos demonstra há muito essa impossibilidade. Todo contato humano é intersubjetivo e todo resultado desse encontro é permeado pelas impressões e interpretações de seus participantes. Daí a importância, novamente, do respeito com a narrativa que é gerada. Nesse ponto, a fidedignidade da transcrição da narrativa é fundamental no sentido de preservar tudo o que foi dito e a forma como foi dito.

Schmidt (2008a) reforça a ideia de que esses tipos de pesquisa – seja no trabalho de campo, no encontro etnográfico ou na convivência com grupos e coletividades – têm, também, uma função formativa muito valiosa. Ela afirma que essa prática

engaja o pesquisador em relações concretas e cotidianas com outros, como ele, autônomos, obrigando-o a responder pessoalmente pela distribuição democrática dos lugares de fala, escuta e decisão durante da pesquisa, comprometendo-o com as formas de apropriação e destinação do conhecimento elaborado e com a apreciação dos efeitos de dominação ou de emancipação do conhecimento e sua divulgação (p. 51).

A pesquisa com pessoas necessita se comprometer politicamente com os coletivos historicamente silenciados. Garantir um espaço para os sujeitos cujas histórias e narrativas foram barradas é um compromisso ético-político que precisa ser uma prática recorrente de nossas pesquisas. Mais do que isso, necessita se constituir como cerne de nossa prática. E esse compromisso precisa permear nossas pesquisas, desde o seu planejamento até sua execução e apresentação das constatações chamadas de resultados ou produtos. Em se tratando de narrativas de vida, escutar as histórias narradas por sujeitos socialmente silenciados pode propiciar a construção de discursos de resistência.

Rupturas radicais podem decorrer de movimentos de resistência. Porém, o mais comum é que as resistências constituam pontos móveis e transitórios, “que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e

os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Embora menos comum, certas formas de resistências podem adquirir significado especial por se estabelecer, no plano das relações, de modo mais articulado e com maior capacidade de desestabilizar os regimes de controle hegemônicos. Trata-se de formas de resistência como maior potencial para instabilizar as relações e provocar mudança social. Nessa direção, A. Bosi (1996, p. 11) nos lembra que

Resistência é originariamente um conceito ético, não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia.

Isso implica que, ao considerar a narrativa como uma forma de resistir, estamos também construindo formas de criar essas forças que se opõem às forças hegemônicas – forças cuja intensidade, duração e mesmo a direção dependem de aspectos diversos, muitos deles não concernentes exclusivamente à pesquisa propriamente dita. Novamente, é a ciência compreendida como imersa nas relações sociais e cujas construções vão atuar nessa mesma realidade.

No que diz respeito às representações identitárias, as resistências discursivas revelam e denunciam as bases ideológicas e os projetos de dominação sobre quais certos sistemas de identificação social são construídos. Evidentemente, tais ações apontam caminhos para a mudança social, mas também para construção da própria identidade dos sujeitos. Noutros termos, podemos dizer que discursos e outras práticas de resistência dessa natureza abrem espaço para que novos projetos identitários ganhem força, visibilidade e legitimidade social, instabilizando a condição de hegemonia e naturalização que dão força a alguns discursos e representações identitárias.

Os discursos de resistência identitária podem ser realizados em duas instâncias sociais: no espaço da ciência, onde atuam criticamente analistas sociais e analistas do discurso, e no espaço próprio das realizações discursivas, onde atuam sujeitos sociais conscientes das situações de dominação a que estão submetidos. No que se refere ao primeiro espaço, os discursos de resistência se caracterizam por buscar desvelar as estratégias de dominação discursiva utilizadas pelos discursos hegemônicos. No que se refere ao segundo espaço, os discursos de resistência se caracterizam por apresentar novos modos de construção e representação das identidades e relações sociais, abertamente dissidentes ao padrão hegemônico.

3 Considerações finais

A pesquisa com narrativas de vida pode se constituir como um espaço

que possibilita a construção de resistências nessas duas instâncias sociais. No espaço da ciência, essa forma de pesquisa possibilita que a ciência psicológica se desloque do seu eixo de suposta neutralidade e detenção do saber e se abra para a escuta do outro marginalizado para que ele possa falar, por si mesmo, sobre sua história. Auxilia, assim, na análise crítica dos processos de marginalização a que esse outro está submetido, e a questionar a hegemonia e os seus discursos. Consequentemente, pode também ampliar a capacidade da Psicologia em analisar criticamente as redes de poder e desestabilizar os discursos sociais hegemônicos que se fazem presentes nas agências de controle da ciência. Compreendemos que questionar e criticar a própria prática de pesquisa e o lugar social e histórico ocupado pelo pesquisador é resistência.

No espaço próprio das realizações discursivas, as produções narrativas dos participantes-narradores podem propiciar a autorreflexão e a reflexão crítica acerca do espaço ocupado. A ação de compartilhar e refletir acerca da própria trajetória pode se constituir como discurso de resistência. Esse parece ser o compromisso ético-político que precisamos também assumir enquanto pesquisadores/as e psicólogos/as.

Referências

- ABRAHÃO, M. As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico. In: SOUZA, E.; ABRAHÃO, M. (Org), **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001. p. 149-170.
- BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRRN. 2010.
- BOSI, A. Narrativa e resistência. **Itinerários**, n.10, p. 11-27. 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: memória dos velhos. 3ed. Obra originalmente publicada em 1979. São Paulo: Cia das Letras. 1994[1979].
- BRECHT, B. **Teatro Completo**. Original publicado em 1938-1939. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991[1938-1939]. v. 6.
- CARRETEIRO, T. C. Vidas fazendo história e construindo histórias de vida. In: VIANA, T.; DINIZ, G.; FORTUNATO, L.; ZANELLO, D. (Org), **Psicologia clínica e cultura contemporânea**. Brasília: Liber livros. 2012. p. 33-50.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. Obra originalmente publicada em 1986. São Paulo: Brasiliense. 2005[1986].
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1988. v. 1.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de P. A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. p. 90-113.
- LIMA, S.; LIMA, P.; COROA, M. L. Identidade de velhos: modos de identificação e discursos de resistência na velhice. **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 3. 2016.
- LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura**. Tradução em L. Konder. Obra original publicada em 1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965[1936].
- MOURA, E. Da pesquisa (auto)biográfica à cartografia: desafios epistemológicos no campo da Psicologia. In: ABRAHÃO, M. (Org), **A aventura (auto)biográfica**. Porto Alegre:

- EDIPUCRS. 2004. p. 119-142.
- ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. 5ed. Tradução de M. Ferreira e A. Lamparelli. Obra originalmente publicada em 1961. São Paulo: Martins Fontes. 1997[1961].
- SANTOS, M. S.; FOURAUX, C.G.S.; OLIVEIRA, V.M. **Narrativa como método de pesquisa**. Revista Valore, Volta Redonda, 5 (Edição Especial): 37-51, 2019
- SAWAIA, B. A crítica ético-epistemológica da Psicologia Social pela questão do sujeito. **Psicologia & Sociedade**, v.10, n.2, p. 117-136. 1998.
- SCHMIDT, M. L. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In GUERRIERO, I. C.; SCHMIDT, M. L.; ZICKER, F. (Org), **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. 2008a. p. 47-52.
- SCHMIDT, M. L. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 391-398. 2008b.
- SCHMIDT, M. L.; TORNIETTE, M. A. A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética. In GUERRIERO, I. C.; SCHMIDT, M. L.; ZICKER, F. (Org), **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. 2008. p. 102-107.